



Território da Cidadania Açu/Mossoró (RN)

Célula de Acompanhamento e Informação (CAI)

Projeto: INOVAÇÃO, DIVERSIDADE E SUSTENTABILIDADE NA GESTÃO DE TERRITÓRIOS RURAIS: monitoramento e avaliação do desenvolvimento do Assu-Mossoró e do Sertão do Apodi (RN)

Emanoel Márcio Nunes (Coordenador)

Professor do Departamento de Economia da FACEM/UERN – Pesquisador CNPq

E-mail: emanoelnunes@uern.br

Márcia Regina Farias da Silva (Professora colaboradora)

Professora do Departamento de Gestão Ambiental da FACEM/UERN – Pesquisadora CNPq

E-mail: mreginafarias@hotmail.com

Maria de Fátima Rocha Gondim (Técnica)

Cientista Social – Responsável pela Célula de Acompanhamento do Território Açu/Mossoró

E-mail: fatimagondim@gmail.com

Isabelle Almeida de Oliveira

Economista – Bolsista ATP-A Célula de Acompanhamento do Território Açu/Mossoró

E-mail: isabelle_economia@yahoo.com.br

Andreya Raquel Medeiros de França

Graduanda do curso de Gestão Ambiental da FACEM/UERN – Bolsista PIBIC/CNPq

E-mail: andreya_raquel@hotmail.com

Relatório Analítico 2011



Mossoró, 30 de setembro de 2011.

Sumário

1. Contextualização.....	3
2. Identidade Territorial.....	17
3. Capacidade Institucional	21
4. Gestão do Colegiado	24
5. Avaliação de Projetos	26
6. Índice de Condições de Vida – ICV	28
7. Análise integradora de indicadores e contexto	40
8. Propostas e ações para o território	44
9. Anexo: validação de instrumentos e procedimentos.....	45
10. Referências	47

1. Contextualização

a) Dimensões geográficas

O Território da Cidadania Açú-Mossoró localiza-se no Noroeste do Estado do Rio Grande do Norte (RN), abrange uma área de 7.974 Km², constituído por 14 (quatorze) municípios: Assú, Areia Branca, Alto do Rodrigues, Baraúna, Carnaubais, Grossos, Mossoró, Itajá, Ipanguaçu, Pendências, Porto do Mangue, São Rafael, Serra do Mel e Tibau, conforme a Figura 1. As coordenadas geográficas correspondem à faixa de 36°43' e 37°43' de longitude (W) e 5°11' a 5°34' de latitude (S), fazendo limites com o oceano Atlântico no Litoral Norte, ao Leste com o Território Sertão Central, ao Sul com o Território Sertão do Apodi e a Oeste com a fronteira do Estado do Ceará. Esses municípios compõem as microrregiões Oeste Potiguar e Vale do Açú. (PLANO TERRITORIAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL – PTDRS, 2010).

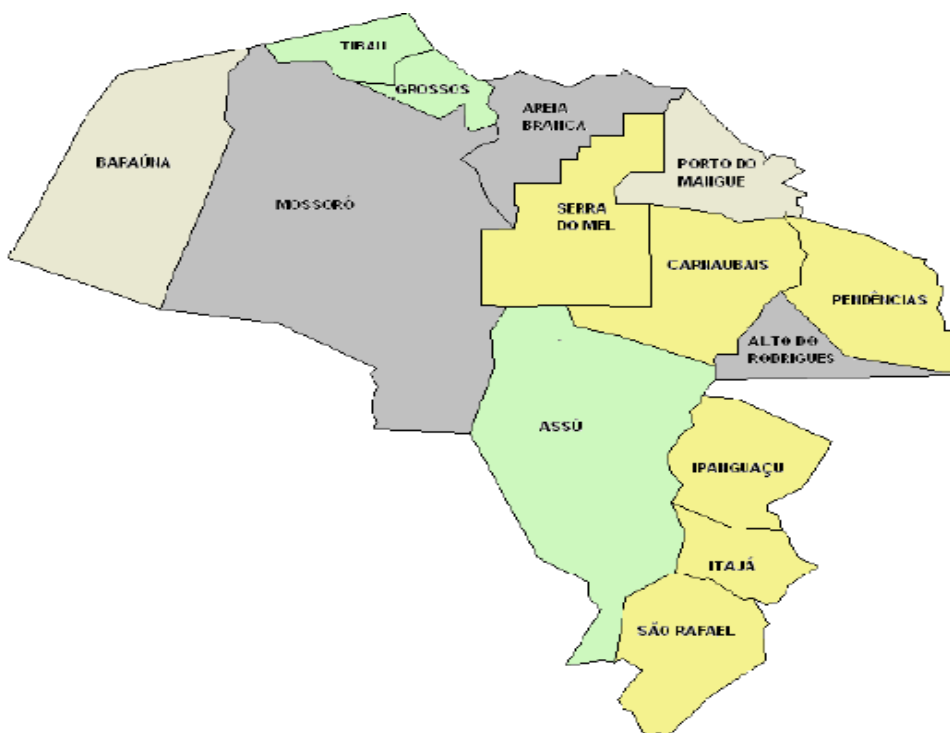


Figura 1. Mapa do território Açú-Mossoró/RN.

Fonte: PTDRS, 2010.

b) Demográfica

Segundo dados do último censo demográfico realizado em 2010 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) O Território Açu-Mossoró agrega uma população total de 455.521 habitantes. É importante ressaltar ainda que esse aumento demográfico foi superior tanto na zona urbana (9,5%), quanto na zona rural (5%).

Conforme a Tabela 1 percebe-se que os dados correspondentes aos 14 municípios nos aspectos de gênero, população urbana e rural e faixa etária.

Tabela 1. População por município (urbana x rural).

MUNICÍPIO	HABITANTES	ZONA URBANA	%	ZONA RURAL	%
Alto Rodrigues	12.305	8.873	72,11	3.432	27,89
Areia Branca	25.315	20.317	80,26	4.998	19,74
Assú	53.227	39.359	73,94	13.868	26,06
Baraúna	24.182	15.210	62,90	8.972	37,10
Carnaubais	9.762	4.757	48,73	5.005	51,27
Grossos	9.393	7.039	74,94	2.354	25,06
Ipanguaçu	13.856	5.383	38,85	8.473	61,15
Itajá	6.932	5.701	82,24	1.231	17,56
Mossoró	259.815	237.241	91,31	22.574	8,69
Pendências	13.432	10.574	78,72	2.858	21,28
Porto do Mangue	5.217	3.027	58,02	2.190	41,98
São Rafael	8.111	5.538	68,28	2.573	31,72
Serra do Mel	10.287	2.698	29,14	7.589	70,86
Tibau	3.687	2.835	76,90	852	23,10
TOTAL	455.521	368.552	80,90	86.969	19,10

Fonte: IBGE, (2010).

Os números acima apresentados referendam alguns indicativos que já são percebidos há algum tempo neste território, ou seja, as cidades de Assú e Mossoró continuam sendo os centros polarizadores, pois ao considerar aspectos como infraestrutura, lazer, cultura, saúde, educação e emprego; estas ainda atraem a população de outros municípios do território e, inclusive de outros Estados.

Observa-se também que, municípios que tem como destaque em suas



fontes de renda a exploração do Petróleo e a fruticultura irrigada, como é o caso do Alto do Rodrigues, Areia Branca, Assú, Carnaubais, Ipangaçu, Baraúna, Pendências, Porto do Mangue e Mossoró, continuam a ser um fator determinante na escolha para a migração populacional dentro do próprio território, contribuindo para o aumento da população permanente e sazonal. É válido ressaltar que, de acordo com o PTDRS (2010) que apresenta dados populacionais do censo demográfico de 2000 e contagem populacional de 2007, ambos realizados pelo IBGE, a população dos 14 municípios teve um aumento significativo. Ao comparar com a contagem populacional de 2007 (421.549 habitantes), observa-se que ocorreu um aumento populacional superior a 31%. Porém, Itajá que em 2007 tinha 6.249 habitantes, em 2010 passou a ter 6.932, e Tibau tinha 3.197 habitantes em 2007 e segundo o censo de 2010 tem agora 3.687 habitantes. Estes municípios são os que apresentaram menor taxa de crescimento populacional.

No território Açú/Mossoró o município de Serra do Mel se destaca pela predominância da população rural em relação à urbana. O número de habitantes na zona rural é 180% superior à população urbana. Deve-se ressaltar que embora Serra do Mel seja um município, suas características de colonização são de vilas rurais. Este é um dos maiores produtores de mel e caju do RN. A qualidade da produção de seu mel e da amêndoa do caju é reconhecida nacionalmente e internacionalmente.

Em relação à composição populacional por sexo no território Açú/Mossoró, verifica-se que as Figuras 2 e 3, apresentam o percentual de homens e mulheres no território e como estes encontram-se distribuídos por domicílios urbanos e rurais segundo o último censo demográfico (IBGE, 2010).

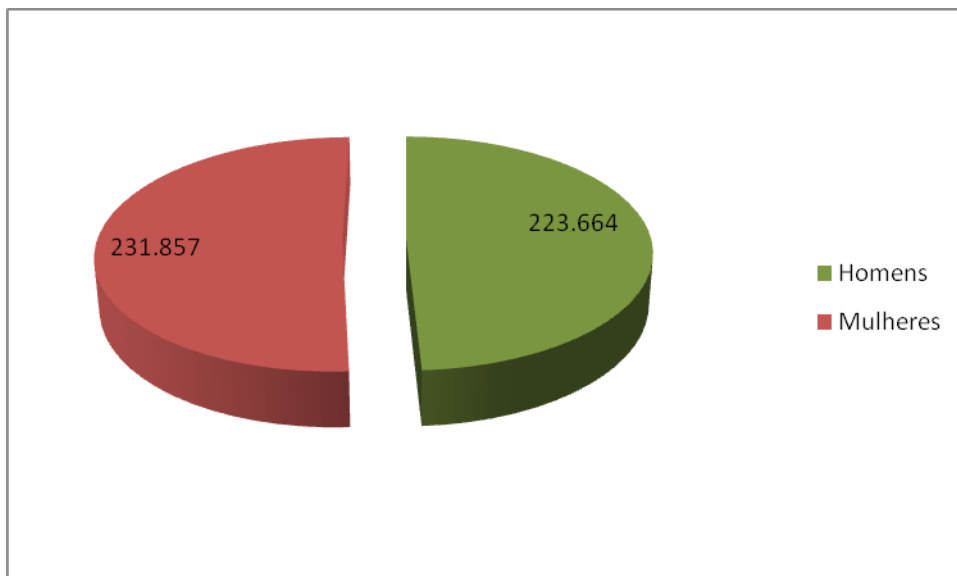


Figura 2: Distribuição por gênero no Açú/Mossoró.
Fonte: IBGE (2010).

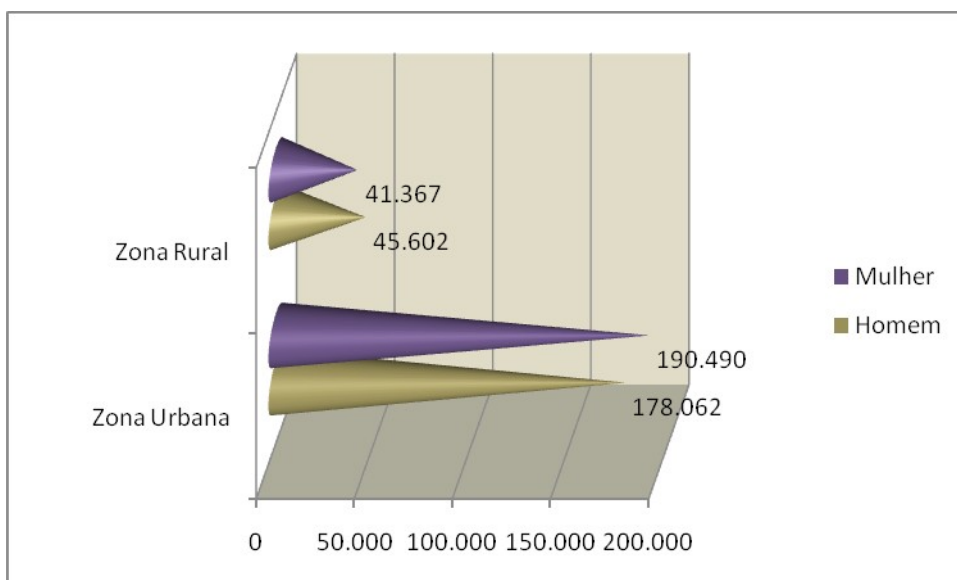


Figura 3. Distribuição por gênero (zona urbana e rural) no Açú/Mossoró.
Fonte: IBGE (2010).

Os indicadores apresentados pelas Figuras 2 e 3 apontam o crescimento da população feminina no território e também, na zona urbana. Essa migração das mulheres do campo para os centros urbanos pode indicar uma expansão na inserção das mulheres no mercado de trabalho, bem como o interesse destas por qualificação educacional e profissional.

Em relação aos números apresentados na Tabela 2 verificam-se variações nos números apresentados pelo PTDRS (2010) sobre a faixa etária da

população do território. Uma destas é referente à população entre 0 e 14 anos que apresenta um discreto aumento de pouco mais de 2%, passando de 109.678 em 2007 para 112.086 em 2010.

Tabela 2. Faixa etária da população do Território Açu/Mossoró.

FAIXA ETÁRIA						
MUNICÍPIO	MASCULINO			FEMININO		
	0 a 14	15 a 64	65 acima	0 a 14	15 a 64	65 acima
Alto Rodrigues	1.598	4.198	369	1.506	4.225	409
Areia Branca	3.113	8.358	874	3.018	8.808	1.144
Assú	6.840	17.662	1.639	6.721	18.282	2.083
Baraúna	3.610	7.974	687	3.599	7.664	648
Carnaubais	1.254	3.271	371	1.280	3.211	375
Grossos	1.135	3.278	349	1.068	3.200	363
Ipanguaçu	1.971	4.596	435	1.919	4.470	465
Itajá	1.020	2.326	197	893	2.273	223
Mossoró	31.241	87.730	6.776	29.729	94.678	9.661
Pendências	1.669	4.506	518	1.696	4.457	586
Porto do Mangue	820	1.758	152	695	1.638	154
São Rafael	949	2.733	448	839	2.637	505
Serra do Mel	1.526	3.496	370	1.436	3.131	328
Tibau	461	1.266	120	1.234	1.266	126
TOTAL	57.207	153.152	13.305	55.633	159.940	17.070

Fonte: IBGE, 2010.

c) Infraestrutura (saúde, educação e saneamento)

Em relação a atual infraestrutura de saúde, educação e saneamento básico dos municípios do território Açu/Mossoró é possível constatar uma realidade que nos remete a situação de outros territórios da cidadania e também, do Brasil. É importante destacar que estes setores indispensáveis ao ambiente de desenvolvimento dos municípios têm recebido incentivos através da implantação de programas e políticas públicas governamentais, no sentido de prevenir, amenizar ou resolver os desafios que apresentam esses segmentos. Todavia, o déficit é sempre recorrente, como se verifica nos dados a seguir.

a) Saúde

Segundo os dados do PTDRS (2010), de acordo com Cadastro Nacional de Estabelecimentos – CNES e o Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde – DATASUS do Ministério da Saúde - MS, em Junho de 2010, o Território Açu-Mossoró contava com 464 estabelecimentos de saúde, destacando-se 19

hospitais, sendo: Hospital Especializado (06); Hospital Geral (13), Policlínica (01), Pronto Socorro de Saúde (01), Pronto Socorro Geral (03), Postos de Saúde (46), Unidade Mista de Atenção 24 horas: Urgência e Emergência (06), Unidade de Serviço de Apoio a Diagnose e Terapia (37), Unidade de Vigilância em Saúde (04), Unidade Móvel Pré Hospitalar (01), Centro de Atenção Psicossocial (07), Centro de Saúde (75), Clínica Especializada (63), Central de Regulação (01), Consultório Isolado (101), Farmácia (02) e Consultórios Privados (97).

Ao considerar o total da população no território, bem como com a partir das visitas realizadas em comunidades desses municípios durante a coleta de dados para o Índice de Condição Vida (ICV), constatou-se a precariedade das ações de saúde, sejam estas preventivas ou curativas. No entanto, observa-se esforços conjunto dos municípios, do Estado e do Governo Federal por meio de programas como Saúde da Família – PSF, Estratégia de Saúde Bucal – ESB, Brasil Sorridente e Farmácia Popular do Brasil, com vista a atender a população e de disponibilizar a devida atenção mediante as diversas necessidades de atendimento a saúde.

Ao considerar os dados apresentados na Tabela 3 é salutar ressaltar a necessidade de investimentos tanto de infraestrutura quanto de pessoal, pois a quantidade de hospitais, leitos e profissionais encontram-se descritos para o que se pode considerar como atendimento adequado.

Tabela 3. Estabelecimentos de saúde no Território Açu/Mossoró.

MUNICÍPIO	ESTABELECIMENTOS	LEITOS	PROFISSIONAIS
Alto do Rodrigues	48	21	29
Areia Branca	16	45	84
Assú	15	95	185
Baraúna	12	21	40
Carnaubais	4	21	23
Grossos	6	13	30
Ipanguaçu	8	0	29
Itajá	2	0	14
Mossoró	331	741	1.391
Pendências	9	15	38
Porto do Mangue	2	0	9
São Rafael	3	19	27
Serra do Mel	4	18	24
Tibau	4	0	16
Território	464	1.009	1.929

Fonte: PTDRS, (2010).



A situação apresentada contribui para superlotação de hospitais como o Hospital Regional Tarcísio Maia em Mossoró. Este hospital é considerado de “Alta complexidade”, porém a sua demanda é superior a sua capacidade de atendimento, pois este recebe pacientes não só do território Açu/Mossoró, como também de municípios que fazem parte dos territórios: Sertão do Apodi e Alto Oeste.

b) Educação

De acordo com o Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente do Rio Grande do Norte - IDEMA (2006) *apud* PTDRS (2010), o território Açu/Mossoró, conforme o Anuário Estatístico em 2006 contava com um total 599 estabelecimentos de ensino, sendo que destes, 242 localizavam-se no meio rural.

É notório que mesmo com a construção de unidades de ensino na zona rural é constante o deslocamento dos estudantes para outras comunidades rurais e mesmo, para a sede dos municípios. Tal realidade remete a carência de escolas tanto na zona rural quanto na urbana, pois, há municípios que não conseguem oferecer quantidade de vagas suficientes para educação de crianças, adolescentes e jovens e adultos. Em relação à esfera administrativa, concentra-se, na sua maioria, no poder público Municipal (348), em segundo, Estadual (133) e Federal (01).

No tocante a educação superior, o referido território tem experimentado nos últimos cinco anos um crescimento no setor de faculdades particulares - Faculdade de Enfermagem Nova Esperança de Mossoró –FACENE e a Faculdade Mater Christi e Universidade Potiguar – UNP. Ademais, observa-se a expansão da Universidade Federal Rural do Semiárido – UFRSA, ofertando cursos de graduação e pós-graduação nos níveis de mestrado e doutorado. Assim, realizando ensino, pesquisas e produzindo conhecimento, voltados para a extensão, contribuindo para o processo de desenvolvimento territorial.

No território destaca-se em Mossoró o campus central da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN e em Assú um Campi Universitário da referida instituição. É importante ressaltar que a UERN tem Núcleos Avançados de Ensino Superior em municípios do território, a exemplo de Areia Branca. A expansão das unidades de ensino de educação superior pode contribuir de forma significativa para o desenvolvimento do Açu/Mossoró, uma vez que a UERN vem acompanhando



os processos de discussão e gestão do colegiado, realizando contribuições na área de pesquisa e extensão universitárias junto aos municípios e comunidades.

Como parte da política de expansão e formação técnica, o território foi contemplado com mais uma unidade de educação tecnológica, ou seja, foi construído mais um Instituto Federal do Rio Grande do Norte (IFRN) na cidade de Ipangaçu, além da unidade já existente em Mossoró. Ambos desenvolvem pesquisas nas áreas de: tecnologia e desenvolvimento ambiental, estudos agrários e desenvolvimento sustentável, em educação, ensino e linguagem.

A atuação dos dois institutos abrange aproximadamente cerca de 500 mil habitantes que contribuem de forma direta e indireta na proposição de ações socioeducativas, tecnológicas, de pesquisas, e conseqüentemente de desenvolvimento para o território.

Todavia, considerando a pertinência da atuação dessas instituições de ensino e pesquisa, as discussões ocorridas na instância colegiada apontam a necessidade de investimentos para a educação em todos os municípios do território. Com vista a destacar ações que fortaleçam o desenvolvimento da educação no campo, bem como de investimentos para melhoria da infraestrutura das escolas, da qualificação profissional, do transporte escolar seguro e adequado, implantação de laboratórios de informática, para inclusão digital e a implantação do Programa de Alfabetização de Jovens e Adultos nos municípios que não são atendidos.

c) **Cultura e lazer**

As manifestações culturais mais relevantes no território são: teatro de rua, grupos de danças folclóricas e contemporâneas, grupos de capoeira, repentistas, literatura de cordel e de forma mais marcante, as manifestações da cultura popular.

Um aspecto cultural bastante presente em todos os municípios é a “cultura religiosa”, os festejos em homenagem ao santo(a) padroeiro(a). Esta inclusive é tradição na agenda cultural não só dos municípios, mas também das comunidades. A “cultura religiosa” foi uma das manifestações mais citadas durante a pesquisa de campo do ICV.

O município de Mossoró dentre os demais que compõem o território tem conseguido imprimir um recorte cultural para população. Além de espetáculos



culturais já consolidados (Chuva de Bala no País de Mossoró, Alto da Liberdade e Oratório de Santa Luzia), os grupos de teatro têm conseguido apoio do município e mensalmente são apresentados espetáculos gratuitos para o público no chamado “Corredor Cultural de Mossoró”, nesse mesmo espaço é realizado: exposições fotográficas, recitais de poesias, espetáculos de danças, etc.. Outras atividades como a Feira do Livro, a Festa do Bode, EXPOFRUTI, a FICRO que apresentam aspectos da economia do território e oferecem um espaço de lazer e são realizadas anualmente.

Cabe destacar que em relação ao lazer, o referido território apresenta uma vasta diversidade, o Açu/Mossoró tem opções de praias que compõem a chamada Costa Branca do RN e são atrativos para quem gosta de sol, para a prática de esportes e para o descanso das atividades cotidianas. É importante destacar que as cavernas subterrâneas de beleza singular no município de Baraúna, além de outros componentes (rios, barragens, açudes, restaurantes, teatros, museu, bibliotecas públicas, cinemas, shopping, praças e quadras de esportes) que convidam ao lazer.

É notável, nos municípios do território, a ausência de incentivos em ambos os setores (cultura e lazer). Estes raramente têm projetos de apoio à cultura e lazer. Entretanto, estes quando existem, são pontuais; em virtude a alusão ou comemoração de data festiva. Enfim, as ações no tocante a cultura e ao lazer não se apresentam como prioridades na formulação e/ou execução das políticas públicas nos municípios via território.

d) **Saneamento Básico**¹

Os municípios que compõem o território apresentam limitações na sua infraestrutura, não difere assim da realidade apresentada no restante do Rio Grande do Norte e no Brasil. Nessa direção, percebem-se iniciativas no sentido de melhorar o sistema de gerenciamento de resíduos sólidos nos últimos anos, nas sedes dos municípios embora sejam necessárias o desenvolvimento de ações que venham

¹ Os dados analisados neste item foram vistos em: REBOUÇAS FILHO, Hermano José. Saneamento básico em áreas rurais dos territórios do Sertão do Apodi e do Assú-Mossoró, Rio Grande do Norte. **Monografia** (Ciência e Tecnologia), 34f. Universidade Federal Rural do Semiárido, Mossoró, 2011.

atender toda a população – sejam elas, voltadas para os centros urbanos, os bairros periféricos e na zona rural.

Como a governança municipal compreende também a participação da população que habita a zona rural, é perceptível a ausência de um sistema de coleta de resíduos sólidos e de uma rede de saneamentos básico, com vista à coleta e o tratamento dos efluentes, adequados à dinâmica do universo rural.

A falta de investimentos concretos e efetivos, bem como a tímida implantação de políticas públicas, que incidem nessas áreas corrobora para a proliferação de doenças, para o agravamento das ações antrópicas no ambiente e consequentemente, geram um quadro de vulnerabilidade socioambiental.

Ao considerar o conjunto de fatores que contribuem para a qualidade ambiental (destinação adequada dos resíduos sólidos, conservação das fontes de água superficiais e subterrâneas, tratamento dos efluentes domésticos e agrícolas, entre outros); a Figura 4 apresenta que de acordo com a percepção dos entrevistados apenas 3,33% consideram que a situação ambiental do domicílio nos últimos cinco anos melhorou muito.

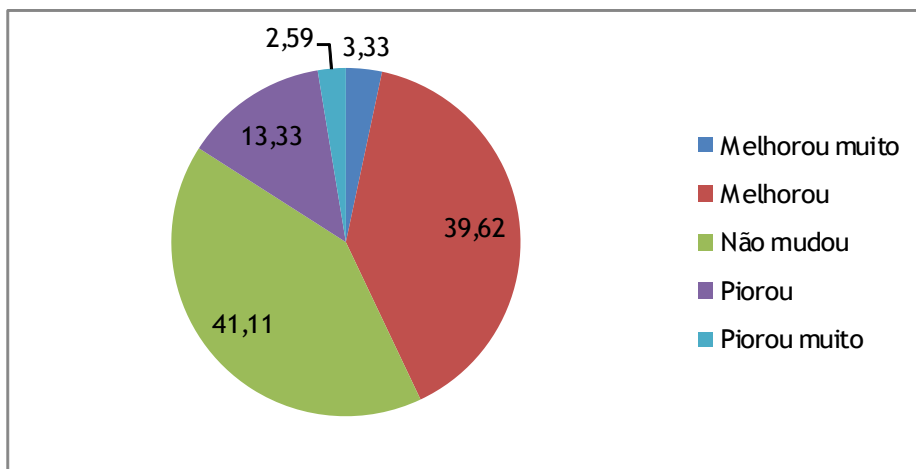


Figura 4. Situação ambiental dos domicílios rurais. Elaboração dos autores.

Fonte: Pesquisa de Campo, 2010.

Todavia, a partir da necessidade de investigar de maneira mais específica a situação ambiental dos municípios, foram elaboradas questões paralelas para serem aplicadas junto com o questionário do ICV²; indagando sobre o destino dos

² Os dados referentes ao destino dos resíduos sólidos e dos efluentes doméstico foram aplicados às 270 famílias que participaram do ICV. No território Açu/Mossoró, o ICV foi realizado em comunidades

resíduos domésticos, tais dados foram tabulados e analisados, com vista a complementar os dados do ICV.

Segundo a análise dos dados, os resíduos e efluentes domésticos apresentam diferentes formas de destinação, ou seja, fossa, terreno, plantas, entre outro. O método mais utilizado é a fossa (44,20%) conforme se observa na Figura 5. De acordo com os entrevistados, não há registro da utilização de corpos d'água como destino dos resíduos domésticos.

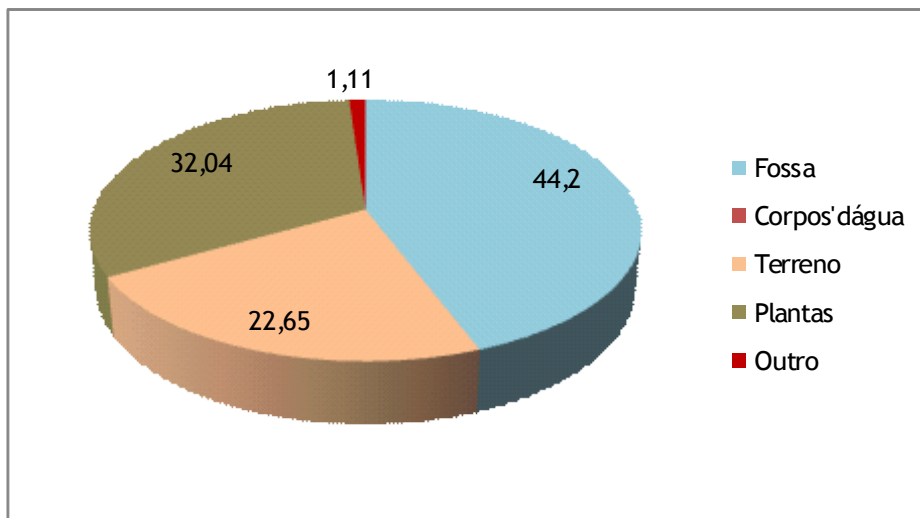


Gráfico 5. Destino dos efluentes domésticos nos domicílios. Elaboração dos autores.

Fonte: Pesquisa de Campo, 2010.

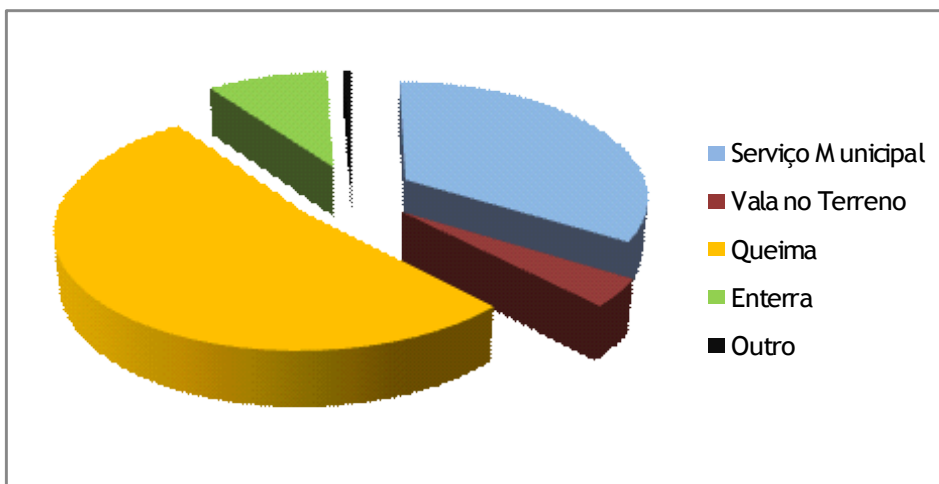


Figura 06. Destino dos resíduos sólidos domésticos nos domicílios rurais. Elaboração dos autores.

dos municípios de Assú, Areia Branca, Baraúna, Grossos, Mossoró e Serra do Mel.



Fonte: Pesquisa de Campo, 2010.

No tocante ao sistema de coleta dos resíduos domésticos, percebe-se que de acordo a Figura 6 acima, a prática se concentra na queima dos resíduos 52,41%. No entanto, esse quadro apresenta uma situação inusitada, principalmente, na zona rural de Mossoró que, observa-se o índice de 29,5% dos domicílios rurais que dispõem do serviço municipal de coleta regular de lixo, ao mesmo tempo, 30,7% das famílias utilizam a queima como destino dos resíduos sólidos domésticos. Tal dado pode indicar a necessidade de desenvolver ações de caráter socioambientais junto às famílias para que estas possam formar uma consciência ambiental, no sentido de adotar atitudes e mecanismos que venham a colaborar com a conservação e/ou preservação ambiental, assim como evitar a proliferação de doenças ocasionadas a partir da poluição do solo, ar e água.

e) Organização Político-institucional

O ambiente político institucional no território Açú/Mossoró é marcado pela atuação das instituições da sociedade civil que agem diretamente na organização e no desenvolvimento de atividade junto às famílias da zona rural.

Observa-se a presença marcante dos sindicatos de trabalhadores rurais, das colônias de pescadores, das associações dos assentamentos de reforma agrária, de comunidades quilombolas, de cooperativas de comercialização da agricultura familiar, cooperativas de assessoria técnica a agricultura familiar, organizações não governamentais - ONGs que trabalham com gênero e gerações jovens. Além, dos conselhos municipais de desenvolvimento rural sustentável, saúde, educação, desenvolvimento comunitário, entre outros.

Existe também, uma série de instituições públicas municipais, estaduais e federais que realizam ações permanentemente no território. Entre essas, a que encontra-se presente em todos os municípios é a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER. Ademais, há uma constante atuação na instância colegiada, pois a empresa tem contribuído na assessoria junto aos agricultores no processo de produção, comercialização, elaboração e implantação de projetos produtivos e de infraestrutura.



Essas instituições têm buscado contribuir com ações que possibilitem o colegiado a enfrentar os desafios para que as políticas públicas implantadas sejam executadas e atendam aos anseios dos beneficiários diretos. No entanto, vale destacar que embora o território apresente uma diversidade de instituições que podem contribuir com os arranjos políticos institucionais entre poder público e sociedade civil, é visível uma fragilidade entre o diálogo e o processo de execução, sejam estas de ações, projetos e das próprias políticas públicas de desenvolvimento territorial.

2. Identidade Territorial

O território Açú/Mossoró enquanto espaço de articulação político-institucional remete ao ano de 2004. Nesse mesmo ano, o território sofreu alteração na sua composição, pois, anteriormente, era composto por municípios como Upanema e Governador Dix-Sept Rosado, nos quais o Projeto Dom Helder Câmara desenvolve atividades, configurando desta forma, uma sobreposição de ações governamentais (PTDRS, 2010).

Definido essa reestruturação, o referido território passa em 2004 a ser composto por municípios do chamado Vale do Açú, retomando a discussão do Pólo Agroindustrial do Açú/Mossoró que já vinha sendo trabalhado pelo Banco do Nordeste do Brasil – BNB.

Dessa forma, o Açú/Mossoró fica composto por subregiões (Oeste Potiguar e o Vale do Açú). Tal território apresenta na sua identidade, características singulares e marcantes como: a intensificação de perímetros irrigados para produção de frutas e pólo ceramista no Vale do Açú e a concentração de apicultores, cajucultores e caprinovinocultores no Oeste Potiguar, o que vem a imprimir nesta área do território uma identidade mais característica da agricultura familiar.

Essa definição por afinidades produtivas caracteriza assim a identidade e institui ao referido território, a constituição de dois núcleos que se reúnem separadamente para discussão e a proposição de projetos de investimentos, mas que deliberam conjuntamente na instância colegiada. Esse cenário tem sido motivo de longos debates políticos entre seus membros, sobre a divisão do território e a divisão dos recursos destinados aos projetos.

Assim, para imprimir observações sobre a identidade territorial do Açú/Mossoró, além da vivência junto ao colegiado, aplicou-se um questionário com todos os membros da plenária³, que hoje participam da instância colegiada.

Foi possível observar as percepções dos entrevistados no que se refere ao: ambiente, agricultura familiar, economia, pobreza, etnia, colonização e política, ou seja, de como esses fatores foram determinantes na formação do território Açú/Mossoró. A Figura, 7 apresenta com base nas respostas do colegiado, a relevância de cada fator na construção da identidade territorial.

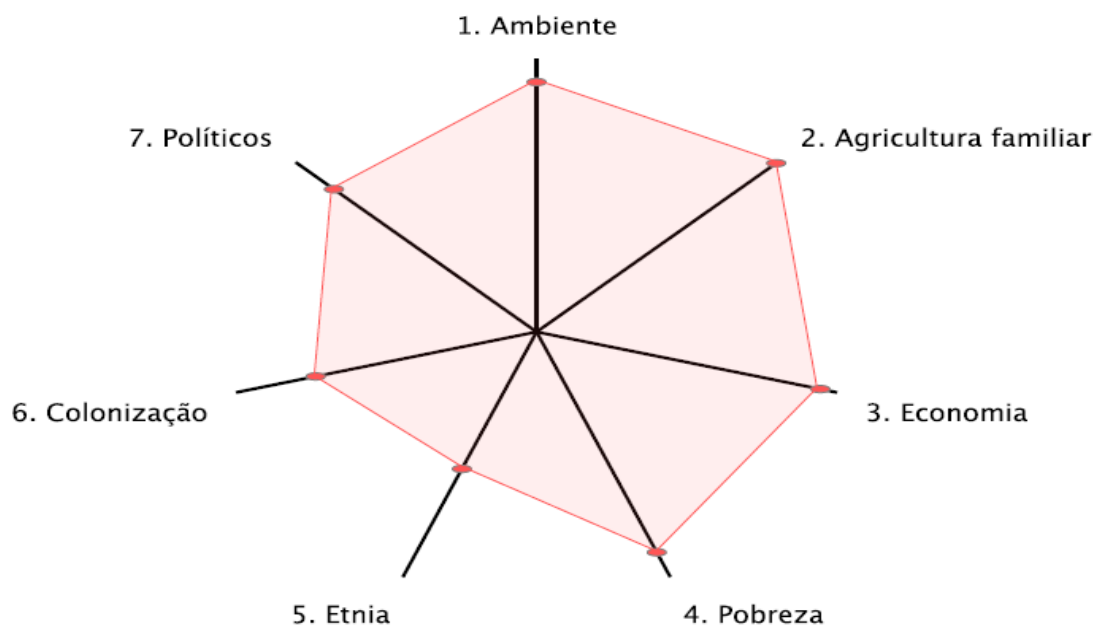


Figura 7. Identidade: agricultura familiar

Fonte: SGE/MDA. Pesquisa de Campo, 2011.

Após análise da Figura 7, verifica-se o destaque na coesão social do território, as atividades diversificadas que envolvem a agricultura familiar. Essa afirmativa pressupõe a articulação de “territórios produtivos temáticos”, território da pesca, apicultura, artesanato, leiteiro, etc..

Ao se observar os diagnósticos já abordados nos Planos de Negócios de alguns empreendimentos produtivos, realizados em 2009 e PTDRS do Açú/Mossoró, identificam-se os elementos ligados à produção da agricultura familiar são determinantes na configuração da identidade e que por vezes, acabam também,

³ A plenária do Açú/Mossoró é constituída por 88 membros divididos entre representações governamentais (municipal, estadual e federal) e da sociedade civil.

delimitando o território. No entanto, a interpretação desses fatores individualmente não fortalece o território, embora estes sejam importantes na definição de características que compõem a identidade territorial dos empreendimentos produtivos e seus municípios no processo de identificação e fortalecimento das cadeias produtivas e da impressão da sua identidade. É possível destacar, o aspecto econômico como outro fator relevante na identidade deste território. Ao comparar os dados do último Produto Interno Bruto - PIB⁴ dos municípios do Açú/Mossoró chega-se ao que mostra a Tabela 4.

Tabela 4. PIB e renda per capita em municípios do Território Açú/Mossoró.

MUNICÍPIO	PIB 2008	MUNICÍPIO	RENDA PER CAPITA 2008
Mossoró	R\$ 3.025.815.000,00	Porto do Mangue	R\$ 33.977,18
Areia Branca	R\$ 487.778.000,00	Areia Branca	R\$ 19.397,07
Assú	R\$ 312.542.000,00	Alto do Rodrigues	R\$ 18.464,41

Fonte: IBGE, 2008.

É importante ressaltar que, o reflexo desses dados não se traduz na realidade, pois conforme análises da pesquisa sobre o ICV realizada em novembro de 2010, a renda das famílias do território raramente ultrapassa o salário mínimo. O que leva a crer que, a soma significativa apresentada, é resultado em parte, da arrecadação que os municípios acima citados recebem por serem produtores de petróleo em campo, os chamados *royalties*, uma vez que, o referido território tem concentração desse recurso, destacando-se nessa produção.

Outro fator que chama atenção na análise do aspecto econômico do território é o fato dos municípios que se destacam com PIB e renda per capita apresentarem um elevado índice de pobreza como mostra a Tabela 5. A contradição entre o PIB e a renda per capita da população, reflete-se nas desigualdades sociais vistas no território. É necessário se pensar em políticas de redistribuição de renda e de investimentos voltados para os setores de saúde, educação, saneamento básico, transporte, moradias, entre outros, que priorizem a aplicação dos valores arrecadados pelo Estado para atender a população, com vista à equidade social.

Tabela 5. Índice de pobreza nos municípios do território Açú/Mossoró.

MUNICÍPIO	ÍNDICE DE POBREZA (%)
Alto do Rodrigues	55,77
Areia Branca	60,03
Assú	56,84

⁴ Ver Site do IBGE (PIB/2008).



Baraúna	58,97
Carnaubais	41,21
Grossos	62,61
Ipanguaçu	48,87
Itajá	64,94
Mossoró	55,28
Pendências	68,08
Porto do Mangue	61,78
São Rafael	58,48
Serra do Mel	74,75
Tibau	59,65
TERRITÓRIO	59,09
ESTADO	50,00
BRASIL	28,00

Fonte: PTDRS, 2010.

Nesse sentido, recomenda-se que para fortalecer a identidade territorial é necessário combater a pobreza, a concentração de renda e acima de tudo, possibilitar um ambiente de desenvolvimento que vem a ocorrer de forma universal no território. Para tanto, faz-se necessário que o colegiado apõe atividades, projetos e ações, para que seus membros internalizem e percebam que o colegiado representa um espaço de fortalecimento da identidade coletiva dos que dele participam, seja esta uma identidade produtiva, econômica, cultural, social, ambiental, política, religiosa, de gênero e de etnia.

Esse entendimento é uma das condições para a consolidação da identidade no território e para o desenvolvimento de estratégias que ajudarão a desconstruir a “identidade de município ou mesmo identidade produtiva” e a fortalecer os processos de implantação e consolidação a curto, médio e longo prazo das políticas públicas como mecanismo que possibilitará um desenvolvimento territorial integrador.

3. Capacidade Institucional

O desenvolvimento do território em seus variáveis aspectos, social, cultural, econômico, produtivo, ambiental, entre outros, como pretendido com a política territorial é ousado e desafiador. Ousado por procurar desconstruir o mito do desenvolvimento exógeno e concentrado em pólos, e desafiador, na medida em que busca construir um diálogo entre os diversos atores que visam implementar e fazem a gestão das políticas públicas que possibilitam e impulsionam o crescimento no território.

Todavia, para ocorrer o desenvolvimento integrado dessas políticas, torna-se imprescindível a constituição de uma rede de relações institucionais que possam pensar estratégias para viabilizar a implantação de projetos sustentáveis do ponto de vista econômico e socioambiental. Aliás, não há como discutir desenvolvimento territorial sem a participação dos municípios, do Estado, do Governo Federal e das várias organizações de base social existentes no território, com um diálogo que deve ser alimentado permanentemente.

Nesse contexto, ao analisar os indicadores de capacidades institucionais do território observa-se com base na Tabela 06, que nem todos os municípios que compõem o Açu/Mossoró apresentam uma base institucional sólida, algumas inclusive estão em fase de construção dessa base. Os resultados apresentados refletem por vezes, na ausência de fortalecimento das redes de assessoria, tecnológicas, produtivas, sociais, culturais, etc., que existem ou possam a vir existir no município.

Tabela 06. Capacidades institucionais

CAPACIDADES INSTITUCIONAIS	0,485	MÉDIO
Gestão dos Colegiados	0,558	Médio
Capacidades Organizacionais	0,603	Médio Alto
Serviços Institucionais Disponíveis	0,365	Médio Baixo
Instrumentos de Gestão Municipal	0,603	Médio Alto
Mecanismos de Solução de Conflitos	0,385	Médio Baixo
Infraestrutura Institucional	0,683	Médio Baixo
Iniciativas Comunitárias	0,415	Médio
Participação	0,459	Médio

Fonte: SGE/MDA, Pesquisa de Campo, 2011.

Legenda: 0,00 – 0,20= Baixo

0,20 – 0,40= Médio Baixo

0,40 – 0,60= Médio

0,60 – 0,80= Médio Alto

0,80 – 1,00= Alto

A situação é traduzida pelos membros do colegiado quando respondem sobre essa base institucional, conferindo a infraestrutura institucional o índice de 0,683 (médio alto) e os serviços institucionais disponíveis 0,365 (médio baixo). Ou seja, o resultado pode indicar que as instituições (fomento ao crédito, assistência

técnica, de defesa do meio ambiente, etc.) existentes não desenvolvem os serviços junto à base de forma satisfatória. Todavia, esse fator é preocupante no desenho da política territorial a partir do momento em que passa a ser limitante para o desenvolvimento, pois interfere não somente na obtenção de resultados efetivos na construção dessas articulações municipais e intermunicipais, como também, fragiliza a participação e a capacidade de decisão das representações institucionais no colegiado como apresenta a Figura 08.

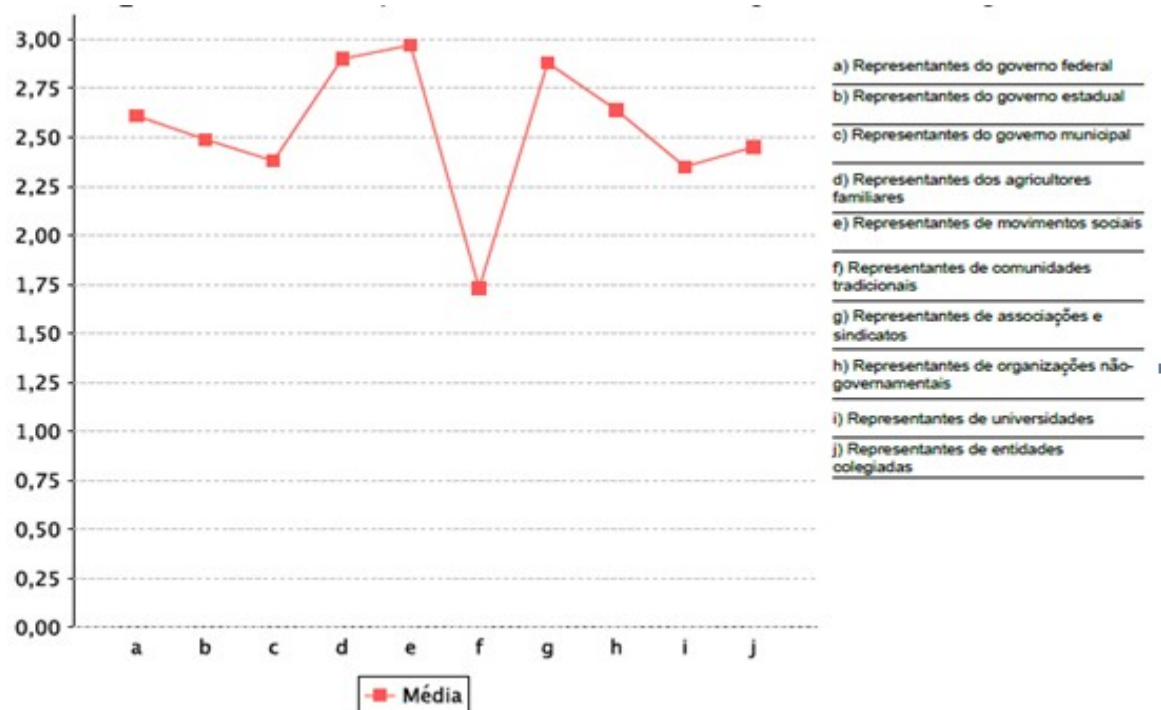


Figura 08: Como é avaliada a capacidade de decisão de cada um dos membros do colegiado?
Fonte: SGE/MDA. Pesquisa de Campo, 2010.

Ao analisar a participação das instituições no debate da instância colegiada do Açu/Mossoró, percebe-se o interesse e o esforço de algumas em discutir, contribuir, planejar, articular e executar as políticas na perspectiva de território. Porém, há gargalos que são perceptíveis no diálogo institucional, de modo marcante, nas relações entre os municípios e destes com o território.

Essa realidade reflete na atual situação dos projetos a serem implantados e/ou concluídos no Açu/Mossoró, pois existem apenas dois projetos concluídos, e estes não estão ativos. Tal fator acarreta prejuízo na infraestrutura para o desenvolvimento das atividades produtivas; corroborando para aumentar a



problemática no processo de produção, organização, gestão e, por último e não menos importante, da comercialização dos produtos. Destaca-se, também que existe um permanente esforço na construção e manutenção da articulação institucional, no sentido de resolver a situação dos projetos, ou seja, torná-los ativos e contribuir para a dinamização das cadeias produtivas do território.

Ao observar a dinâmica territorial por meio das vivências é possível perceber que há um equívoco na interpretação entre seus membros sobre a concepção de desenvolvimento territorial, que pode contribuir para reforçar práticas individuais e iniciar um processo de descontinuidade na execução dos projetos e na instável articulação institucional. Nessa direção, destaca-se a importância do diálogo institucional nesses espaços, como uma das prerrogativas para o sucesso das inúmeras ações via território. Observou-se ainda que na Figura 08 nas respostas dos entrevistados, os representantes dos movimentos sociais dentro do colegiado aparecem com maior poder de decisão. Cabe ressaltar que por vezes as ONGs que participam do colegiado são confundidas com movimentos sociais, o que pode ter influenciado nas respostas.

4. Gestão do Colegiado

O pólo de desenvolvimento Açú/Mossoró, hoje denominado território da cidadania Açú/Mossoró (considerado território da cidadania em 2008) a partir da implantação da política de desenvolvimento territorial do Governo Federal em 2003, concentra uma parcela significativa de representantes da sociedade civil e instâncias governamentais (municipal, estadual e federal). Porém, é possível perceber uma fragilidade no tocante a organização (política e geográfica), acentuando-se no processo de gestão social do território.

É visível na gestão do colegiado a divisão geográfica do seu recorte. A composição de 14 municípios é subdividida em dois núcleos diretivos: o núcleo Açú é composto pelos municípios do Vale do Açú, Açú, Itajá, São Rafael, Ipanguaçu, Alto do Rodrigues, Pendências, Porto do Mangue, Carnaubais e o núcleo do Oeste Potiguar que reúne os municípios de Areia Branca, Mossoró, Tibau, Grossos, Baraúna e Serra do Mel.

Essa configuração reafirma nos membros o sentimento da identidade, atributo inerente ao território, e se reflete como fator de interesse determinante e visível na arena de conflitos sócio-políticos que conduzem o colegiado. A correlação de forças políticas observadas é salutar no processo democrático social quando fomenta o exercício da governança social junto os atores nela envolvidos. No entanto, quando essa prática reforça articulações para defender interesses individuais de desenvolvimento, fragmenta a essência da política territorial e sobremaneira, da instância colegiada. O sentimento ora citado é perceptível na Tabela 7, a qual apresenta fatores como mecanismos de solução de conflitos, participação e gestão dos colegiados, que ficaram em nível médio e médio baixo.

Tabela 7. Indicadores de Capacidade Institucional

CAPACIDADES INSTITUCIONAIS	0,485	MÉDIO
Gestão dos Colegiados	0,558	Médio
Capacidades Organizacionais	0,603	Médio Alto
Serviços Institucionais Disponíveis	0,365	Médio Baixo
Instrumentos de Gestão Municipal	0,603	Médio Alto
Mecanismos de Solução de Conflitos	0,385	Médio Baixo
Infraestrutura Institucional	0,683	Médio Baixo
Iniciativas Comunitárias	0,415	Médio
Participação	0,459	Médio

Fonte: SGE/MDA. Pesquisa de Campo, 2011.

Legenda: 0,00 – 0,20= Baixo

0,20 – 0,40= Médio Baixo

0,40 – 0,60= Médio

0,60 – 0,80= Médio Alto

0,80 – 1,00= Alto

Percebe-se que, as características são constantemente expressadas no colegiado e em certas circunstâncias, podem contribuir para fragilizar a instância de discussão e deliberação sobre a implantação de projetos via políticas públicas que venham a contribuir para o desenvolvimento do território. A interpretação equivocada por parte de membros que compõem o colegiado sobre a essência da política de desenvolvimento territorial dificulta a construção de estratégias que fortaleçam a gestão do colegiado e, por conseguinte, o desenvolvimento dos municípios que dele participam.



Portanto, a participação inexpressiva de gestores dos municípios, dos representantes das instituições Estaduais e do Governo Federal, assim como, de representantes de setores da sociedade civil que constituem o colegiado, interfere no processo de elaboração, implantação, gestão e validação dos projetos aprovados pelo colegiado e sobre a construção da governança social e política de seus membros.

5. Avaliação de Projetos

Em cinco anos de investimentos via MDA/SDT, órgãos que executam a política de desenvolvimento territorial nos Estados, contabiliza-se no território Açu/Mossoró 15 projetos de infraestrutura. Destes 11 se concentram nos municípios do Vale do Açu, a saber: Assu, Alto do Rodrigues, Ipanguaçu, São Rafael, Pendências, já o núcleo do Oeste Potiguar possuem 04 projetos, sendo beneficiados: Serra do Mel e Mossoró. De 2005 a 2010, os investimentos via território da cidadania no Açu/Mossoró totalizam R\$ 2.858.593,82, a conta-partida dos municípios proponentes foi de R\$ 726.934,18. A soma desses valores é de R\$ 3.585.528,00 investidos em cinco anos.

É válido lembrar que, além dos projetos de infraestrutura (Proinf) que são conveniados via prefeitura municipal, há os projetos de custeios produtivos executados por instituições da sociedade civil atuantes no território. Os custeios são para fortalecer atividades produtivas, via formação de membros do território, consideradas estratégicas no desenvolvimento territorial, uma vez que se torna imprescindível, o processo de capacitação para a autogestão dos empreendimentos produtivos existentes no território, considerando que os investimentos nos últimos cinco não atenderam os anseios dos beneficiários.

É possível perceber a necessidade de estudos que venham a comprovar a viabilidade desses projetos nos municípios que serão implantados, bem como priorizar investimentos em projetos que já estão em desenvolvimento, com vista à continuidade. Decisões no âmbito político que possam influenciar na decisão de escolha para a implantação dos projetos também poderão contribuir para que estes sejam desenvolvidos em municípios que apresentem potencialidades para as

atividades que se pretende desenvolver. Essas variáveis contribuem para minimizar a fragilidade observada no território Açu/Mossoró.

Nessa perspectiva, a pesquisa realizada com o colegiado, quando questionados sobre ações para gestão dos projetos de desenvolvimento territorial, como mostra a Figura 9, são mencionados basicamente critérios técnicos. Constatase que pontos importantes como as questões ambientais, sociais, de etnia, etc., apresentam uma lacuna. No entanto, para se alcançar resultados satisfatórios, como pretendidos com os projetos é importante considerar toda uma infraestrutura de acesso a saúde, a educação, a saneamento básico, a coleta e o gerenciamento de resíduos sólidos, a moradia, o lazer, a organização dos grupos, fatores que possibilitam a sustentabilidade integrada dos projetos territoriais, bem como pensar as melhorias vindas com os investimentos destes em médio e em longo prazo.



Figura 09: Quais ações são desenvolvidas pelo Colegiado para a gestão dos projetos de desenvolvimento territorial?

Fonte: SGE/MDA. Pesquisa de Campo, 2011.

As limitações apresentadas nas ações de gestão dificultam por vezes o alcance dos resultados pretendidos pelos projetos e externaliza a fragilidade dos



atores sociais e representantes governamentais nas etapas a serem seguidas para que estes sejam iniciados, concluídos e que funcionem, pois processo de gestão deve ocorrer de forma transparente e descentralizada.

No que se refere, ainda, à avaliação de projetos, em pesquisa realizada pela Célula de Acompanhamento do Açú/Mossoró, constatou-se que apenas dois dos quatorze projetos foram concluídos, no entanto estes não estão funcionando. Os questionários aplicados com proponente e beneficiário do projeto e membro do colegiado refletem a preocupação de ambos em relação à situação atual que se encontram os projetos.

Os entrevistados reforçaram a preocupação em relação ao alcance dos resultados pretendidos com os projetos, a necessidade de pensar estratégias que contribuam para o seu funcionamento e atendimento das reais necessidades de desenvolvimento dos beneficiários, possibilitando um ambiente que fortaleça as relações na dinâmica social, política, econômica, produtiva, ambiental e de comercialização no território.

6. Índice de Condições de Vida - ICV

A população da zona rural tem sido beneficiária nos últimos anos com uma série de programas e políticas públicas governamentais. No intuito de obter uma leitura, segundo a percepção das famílias sobre a eficácia desses programas e políticas públicas foi realizada uma pesquisa de campo onde itens como: fatores do desenvolvimento, características do desenvolvimento e efeitos do desenvolvimento local foram analisados para equacionar a composição do Índice de Condições de Vida – ICV.

Para tanto foi utilizado como metodologia à coleta de dados a partir da pesquisa de campo com aplicação de 270 questionários e, para mensuração dos dados, o cálculo do ICV que é um indicador que mede o nível da melhoria na qualidade de vida nos domicílios rurais. Esse índice varia de 0 a 1, sendo que quanto maior o índice, melhor estará às condições de vida nos domicílios.

O ICV foi gerado a partir de três instâncias ou dimensões, e a cada uma foi associada a oito indicadores de desenvolvimento rural. Pela proposta

metodológica, essas instâncias foram analisadas separadamente no primeiro momento e depois, interligadas.

A primeira instância abrange os fatores de desenvolvimento que são: número de famílias trabalhando, mão-de-obra familiar, área utilizada para produção, escolaridade, condições de moradia, acesso aos mercados, programas do governo, acesso a crédito, acesso a assistência técnica e presença de instituições.

A segunda instância é formada por: renda familiar, produtividade do trabalho, produtividade da terra, diversificação da produção agrícola, diversificação nas fontes de renda familiar, conservação das fontes de água, conservação da área de produção e preservação da vegetação nativa; que abrangia as características do desenvolvimento.

A terceira e última instância, efeitos do desenvolvimento é composta por: condições de alimentação e nutrição, condições de saúde, permanência dos familiares no domicílio, situação econômica, situação ambiental, participação em organizações comunitárias, participação política e participação em atividades culturais.

O resultado do trabalho de campo apontou que dos 270 domicílios visitados, 162 possuíam produção e 108 não possuíam produção. Dos 162 que produziam, 9 domicílios rurais não se caracterizaram como agricultura familiar.

Para essa análise foram considerados apenas os domicílios que possuem algum tipo de produção (162), pois para estes o cálculo foi realizado a partir das três instâncias de desenvolvimento. Já para os domicílios sem produção (108) foi realizado apenas o cálculo da terceira instância (efeitos do desenvolvimento).

A interpretação dos dados baseados no resultado do ICV revelou um índice de 0,534 e de acordo com os parâmetros abaixo atingiu um nível de qualidade de vida Médio.

Tabela 08. Índice de condições de vida das famílias.

Índice de Condições de Vida (ICV)	0,534	Médio
Fatores de Desenvolvimento	0,512	Médio
Características de Desenvolvimento	0,481	Médio
Efeitos de Desenvolvimento	0,633	Médio Alto

Fonte: Fonte: SGE/MDA. Pesquisa de Campo, 2011.

Legenda: 0,00 – 0,20= Baixo

0,20 – 0,40= Médio Baixo

0,40 – 0,60= Médio

0,60 – 0,80= Médio Alto

0,80 – 1,00= Alto

A seguir foram discutidos, separadamente, os resultados de cada instância, focando sempre nos pontos relevantes, ademais foi realizada uma comparação com o ICV.

a) Fatores do Desenvolvimento

A média da primeira instância foi de 0,512, índice considerado relativamente baixo em comparação com ICV 0,534. Essa instância mostra claramente as áreas onde estão sendo destinados os recursos públicos.

No que tange ao nível de escolaridade no território, observou-se um índice relativamente alto se comparado à média da instância supracitada, sendo 0,569. Contudo, quando se observa o número de pessoas maiores de 15 anos alfabetizadas percebe-se que 53,70% são alfabetizadas e que 46,29% não são alfabetizados, essa realidade aponta para investimentos na educação de jovens e adultos no território. Ademais, a pesquisa revelou que do total da população alfabetizada, 80,86% não concluíram o ensino fundamental. Esta situação revela um quadro preocupante, pois por vezes, essas pessoas sabem ler e escrever, porém apresentam dificuldade em interpretar conteúdos e formar frases ao escrever. Esse quadro abre espaço para mais uma vez, ser mencionada a educação de jovens e adultos como uma das políticas sociais a serem reforçadas no território.

De acordo com as percepções dos entrevistados, o acesso dos agricultores ao crédito é considerado em sua maioria ruim, pois 40,74% dos ouvidos mencionaram ser complicado esse acesso e 14,81% consideram o acesso muito complicado. Ou seja, os mesmos encontram dificuldades em obter financiamento para o aumento de sua produção, junto às instituições bancárias e outras de apoio ao fomento do crédito rural. Essa afirmação é observada através do valor relativamente baixo do índice que corresponde ao acesso ao crédito 0,384.



Esse dado pode ser considerado contraditório com a realidade, pois de acordo com dados do PTDRS (2010) nos últimos anos o acesso ao crédito rural vem melhorado de forma significativa, principalmente para produtores familiares, por meio do Programa Nacional de Apoio a Agricultura Familiar - PRONAF que oferece uma linha de crédito especial para produtores, com condições de pagamento mais atrativas do que outras disponíveis no mercado, a depender da categoria que o produtor se enquadre os juros do empréstimo chegam a ser negativo.

Nos dias atuais, a instituição financeira que concede essa linha de crédito é o Banco do Nordeste do Brasil - BNB, que em 2005, do total dos recursos destinados ao financiamento do segmento da agricultura familiar, BNB foi responsável pelo financiamento de 95% dos projetos no território e segundo dados do PTDRS (2010), o volume de operações/contratações do PRONAF em 2009 de todos os municípios que compõem o Açu/Mossoró chegaram a R\$ 3.277.159,00. Abaixo a Tabela 10 mostra as contratações de créditos por municípios.

Tabela 09: Operações PRONAF, 2009.

MUNICIPIOS	CONTRATAÇÕES/PRONAF 2009
Alto do Rodrigues	R\$ -
Areia Branca	R\$ 71.174,00
Assú	R\$ 644.526,00
Baraúna	R\$ 180.213,00
Carnaubais	R\$ 177.350,00
Grossos	R\$ -
Ipanguaçu	R\$ 477.581,00
Itaja	R\$ 165.011,00
Mossoró	R\$ 338.114,00
Pendências	R\$ -
Porto do Mangue	R\$ 55.657,00
São Rafael	R\$ 17.393,00
Serra do Mel	R\$ 1.032.266,00
Tibau	R\$ 117.874,00
TERRITÓRIO	R\$ 3.277.159,00

Fonte: PTDRS, 2010.

Essa dificuldade em obter crédito, pode ser explicada devido ao alto número de inadimplentes junto ao setor bancário, oriunda das dificuldades que os produtores vêm sofrendo nos últimos anos, resultado das condições climáticas desfavoráveis que impedem à colheita e conseqüentemente a venda da produção. Fatores estes que contribuem para o não cumprimento do pagamento das parcelas



dos empréstimos, levando as instituições bancárias a se tornarem cada vez mais criteriosas na avaliação e na liberação de novas linhas de créditos aos produtores rurais.

No quesito relacionado à assistência técnica, observa-se segundo a percepção dos entrevistados, que o valor encontrado do índice é considerado baixo, 0,394. O reduzido valor refere-se à dificuldade dos produtores em conseguir assessoria ou orientação para sua produção, ainda que haja órgãos de assessoria técnica do Governo do Estado, alguns municípios e ONG's presentes no território, estes não são suficientes para atender toda a demanda pelos serviços; tornando insuficiente o atendimento aos produtores rurais.

Tal situação torna-se mais relevante na problemática da conjuntura da agricultura familiar, pois se somando as dificuldades com a aquisição de crédito para investir na produção, há também a descontinuidade ou mesmo, a inexistência de assessoria para orientação a produção e não menos importante, para a comercialização.

Aliás, ainda pode-se considerar que muitos produtores não comercializam toda sua produção; como declararam 51,85% dos entrevistados, utilizando-a apenas para o consumo próprio, ou seja, boa parte dos agricultores entrevistados tem produzido a agricultura de sequeiro. Situação, que por vezes, tem motivado os produtores a entenderem como desnecessária a utilização de assessoria técnica em seus plantios, pois utilizam o conhecimento popular, oriundo, principalmente, da vivência dos fatores ambientais e/ou repassada pelos pais, para plantarem apenas as culturas básicas de subsistência, tais como: o feijão, o milho, a mandioca, a batata entre outras.

b) Características do Desenvolvimento

Ao considerar as atividades produtivas geradoras de oportunidade para impulsionar o desenvolvimento no território, foi constatado que nem sempre o desenvolvimento tem alicerçado características que universalizam a melhoria da qualidade de vida na cidade e no campo, nesse sentido, a renda é um fator relevante para essa análise.

Durante a coleta de dados para a composição do ICV, foi recorrente a insatisfação das famílias sobre a composição e diversificação da renda, ou seja, a renda familiar é basicamente oriunda de poucas fontes, como se pode observar na tabela exposta a seguir:

Tabela 10. Fontes de renda das famílias.

Fontes de Renda	
Produção Agrícola	67,28 %
Programas de Transferência de Renda	54,93 %
Aposentadoria ou Pensão	43,20 %
Trabalho Não Agrícola	32,09 %
Produção Agrícola para Terceiros	20,98 %
Remessas de Familiares	11,72 %
Outras Fontes de Renda	11,72 %
Processamento ou Beneficiamento	8,64 %
Artesanato/ Manufatura	5,55 %
Arrendamento de Áreas	3,70 %
Turismo Ambiental ou de Aventura	1,23 %

Fonte: SGE/MDA. Pesquisa de Campo, 2010.

Com base na Tabela 10, pode-se afirmar que, a renda das famílias rurais é oriunda, principalmente, da produção agrícola; de programas de transferência de renda e da aposentadoria ou pensão. Porém, essas fontes não lhes disponibilizam uma renda familiar final satisfatória, pois os valores relativos das fontes são baixos. Esse fator implica diretamente nas condições de vidas das famílias, até porque, existem domicílios que possuem mais de cinco pessoas e, necessariamente, alguns entrevistados admitiram que a renda final não custeava todas as despesas familiares durante o mês. Na Figura 10 é possível verificar a percepção dos entrevistados em relação à diversificação das suas fontes de renda:

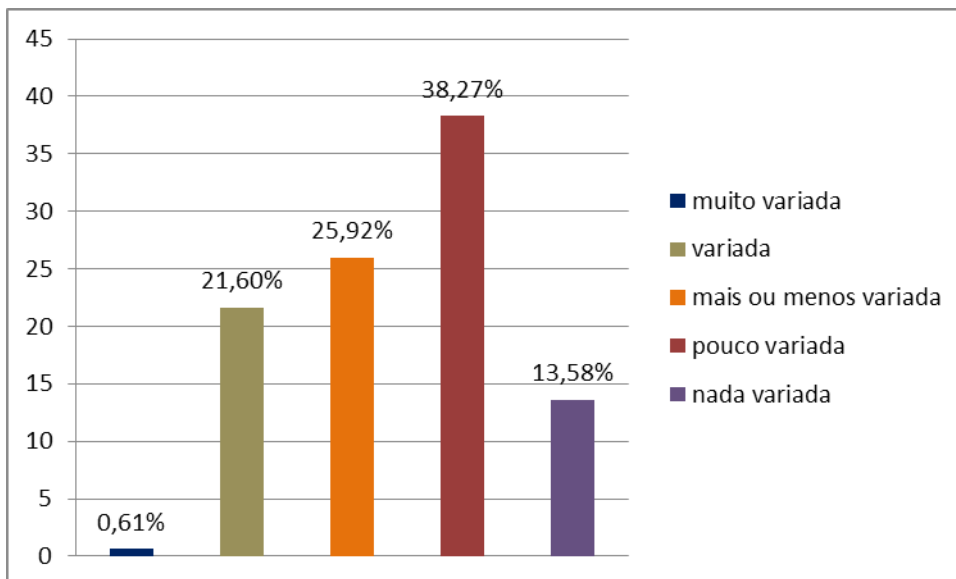


Figura 10: Variação da renda familiar.

Fonte: SGE.MDA. Pesquisa de Campo, 2010. Elaboração dos autores.

Um fato relevante para essa análise é que, dentre os três segmentos que se destacam na composição da renda, a produção agrícola, mesmo com todas as suas limitações têm se destacado como uma das atividades que mais contribui para renda, pois para 93,20% dos entrevistados esse segmento produtivo é a principal fonte de renda das famílias rurais, porém insuficiente para lhes garantir uma boa qualidade de vida.

Considerando a diversidade de cadeias produtivas existentes no território como: a fruticultura, a pecuária, que tem como destaque a ovinocultura, a bovinocultura e a ovinocapinocultura, que são as criações tradicionais no território; a pesca e a aqüicultura, das quais as principais espécies capturadas são o tucunaré, a sardinha, a piaba, a piau, a traíra, a tilápia, o camarão, a apaiarí, o cascudo, a pescada e a curimatã; a apicultura, que se destaca pela produção de mel de abelha, a cera, o pólen, o própolis, a geleia real entre outros. Diante desse fato é perceptível a diversidade produtiva que se encontra no território, mas que até o momento não é suficiente para garantir o sustento dos produtores rurais, sendo indispensável uma fonte de renda adicional para complementar o orçamento familiar. Para mudar essa realidade é necessário investimentos em pesquisa, tecnologia, capacitação e



infraestrutura, com a finalidade de agregar valor entre as cadeias produtivas e concomitantemente, impulsionar o incremento da renda familiar.

c) Efeitos do Desenvolvimento

Sobre efeitos do desenvolvimento é possível entender, a partir do objetivo da pesquisa, como sendo o resultado das políticas públicas destinadas ao desenvolvimento local. Esse efeito pode ser visualizado através da análise da terceira e última instância que apresentou um índice bem satisfatório 0,629, como visto anteriormente na Tabela 08; colocando-se bem acima da média do ICV 0,534.

Com esse resultado, percebemos a predominância das ações do governo que visam à melhoria da agricultura familiar. De acordo com a análise dos dados podemos verificar que o aspecto referente à permanência de pessoas nas comunidades rurais apresentou um índice relativamente alto 0,856.

Os fatores que explicam essa permanência no meio rural advêm da boa qualidade alimentar e de nutrição apresentando um índice de 0,648. Outro fator ligado ao bem estar das famílias, diz respeito à estrutura física da comunidade, do domicílio, e das condições econômicas das famílias. Essa afirmação é verdadeira quando se constata que de acordo com a percepção dos entrevistados, a situação econômica para eles têm melhorado nos últimos cinco anos.

Esse fato pode ser resultado da ação de programas de transferência de renda, como por exemplo, a bolsa família, onde famílias de baixa renda são beneficiadas pelo governo federal, com a condição de manterem as crianças e adolescentes na escola. Do total de entrevistados 54,9% afirmaram participar do programa, e quando questionados sobre as condições para conseguir compor o quadro de beneficiários dos programas do governo, 30,2% dos entrevistados avaliaram que para participar foi complicado, pois segundo eles por vezes os critérios de avaliação para compor esse quadro não são cumpridos, assim como pessoas que não atendem os critérios estabelecidos pelos programas conseguem ser beneficiadas.

Em relação às melhorias nos domicílios rurais, verificou-se que 98,76 % dos domicílios possuem energia elétrica e 77,16 % possuem água dentro ou próximo ao domicílio; constatou-se que 91,97% já possuem banheiro dentro de casa;

32

observou-se que dos domicílios que possuíam energia elétrica todos tinham também geladeira 98,76%. Percebe-se que as condições para adquirir um computador ainda são baixas, visto que apenas 8,02% dos domicílios tinham computador.

No tocante às condições de saúde nos domicílios rurais, a pesquisa revelou um índice relativamente alto 0,608. É possível afirmar que nos últimos anos vêm sendo desenvolvidas políticas públicas voltadas para melhoria da saúde no Brasil. Esses efeitos já estão sendo sentidos pela população ouvida, pois de acordo com a percepção dos entrevistados, as condições de saúde têm melhorado nos últimos cinco anos. Todavia, apesar do índice obtido ser alto, o sistema de saúde ainda apresenta precariedades, principalmente, na zona rural.

ICV Sem Produção

Para os domicílios que revelaram não possuir produção, o cálculo do ICV foi realizado a partir da terceira instância, correspondente aos efeitos do desenvolvimento. O resultado da análise revelou um índice de 0,638, considerado médio alto de acordo com os parâmetros estabelecidos na pesquisa.

Os motivos que fazem os membros das famílias permanecerem na zona rural, mesmo sem produção agrícola, estão relacionados à existência de emprego, seja ele agrícola ou não, mas que asseguram a renda familiar, e garantem o sustento dessas famílias. Essa opção se reflete no índice de alimentação e nutrição, que nessa instância apresentou um índice de 0,618, considerado médio alto Tabela 11, comparado aos parâmetros, ou seja, assim é possível afirmar que a permanência no campo está relacionada com a segurança alimentar das famílias.

Tabela 11. Índice de Condições de Vida dos agricultores sem produção.

Índice de Condições de Vida (ICV)	0,638	Médio Alto
Fatores de Desenvolvimento	-----	-----
Características de Desenvolvimento	-----	-----
Efeitos de Desenvolvimento	0,638	Médio Alto

Fonte: SGE/MDA. Pesquisa de Campo, 2010.

Foi percebido nas visitas que boa parte dos membros que declararam não serem agricultores era pessoas de idade avançada, que no passado foram



produtores, mas que atualmente, por limitações da idade ficaram incapazes de produzir, vivendo principalmente da aposentadoria. Outro fato é que seus descendentes procuraram desenvolver outras atividades econômicas, mesmo fora da zona rural, sem dar continuidade à tradição agrícola.

Perspectiva das famílias em Relação ao território

As condições de vida na percepção das famílias rurais tendo em vista a situação do território demonstraram que apesar de algumas dificuldades encontradas pelos produtores rurais nos quesitos crédito e assistência técnica e acesso a programas do Governo, o que resulta em desestímulo a produção; concentração na cultura de produção agrícola; dependência exclusiva de fatores climáticos para determinar a quantidade e o período de produção; ineficiência na produção de produtos e a dificuldade na comercialização de seus produtos devido a distancia, infraestrutura e falta de mobilidade na entrega dos produtos nos grandes centros, do papel do atravessador na intermediação da venda dos produtos, que adquire do produtor a preços baixos, para não ver seus produtos perecerem sem conseguir vendê-los, além da concorrência desleal desses produtores com as agroindústrias.

Ao observar a situação do território Açú/Mossoró no que se refere a saúde, constatou-se a precariedade das ações, sejam estas preventivas ou curativas. Porém, boa parte da população do território tem acesso aos programas de saúde, visto que, para 23,7% dos entrevistados as condições de saúde em sua comunidade estão em boa situação.

Embora seja nítida a carência de centros de ensino na zona rural e até mesmo urbana, quando questionados sobre a satisfação quanto a seu nível de escolaridade 43,8% dos entrevistados, revelam que a situação da escolaridade da família está boa.

Dessa forma, considera-se que apesar de dados de órgãos federais divulgarem uma situação, onde a qualidade de vida de produtores rurais é considerada precária, o ICV revelou que de acordo com a percepção dos entrevistados, a qualidade de vida dos mesmos é considerada boa.



Comparação entre o resultado e o indicador

Ao comparar as condições de vida dos agricultores nos domicílios que revelaram possuir algum tipo de produção aos que se caracterizaram como agricultores familiares destaca-se um fato relevante sobre o atual contexto econômico do território Açú/Mossoró e das famílias que ali residem. Os estabelecimentos que se autodenominam produtores apresentaram uma situação econômica elevada comparada aos estabelecimentos que se denominaram serem agricultores familiares. Essa declaração pode ser resultante da fragilidade dos agricultores familiares em diversificar sua renda, já que a renda é oriunda, principalmente, da comercialização agrícola, enquanto que os agricultores não familiares produzem somente para seu consumo, alguns possuem uma fonte de renda fixa e outras temporárias, pois prestam serviços em empresas de fruticulturas e em salinas da região, entretanto, esses trabalhos são sazonais a depender da necessidade das salinas e dos períodos de colheita das empresas.

Já os domicílios que revelaram não possuir produção agrícola a situação econômica é inferior aos domicílios que possuem algum tipo de produção, devido à sua renda ser originária de apenas uma fonte e dessa renda é custeada todas as necessidades do domicílio. No território existem atividades econômicas que não estão ligadas a agricultura, como: produção de sal, cerâmica e extração de petróleo. Com base nessa informação é possível afirmar que existem no meio rural, alternativas para geração da renda familiar, não sendo necessária a migração das famílias para os centros urbanos. Os dados ora apresentados vem justificar a importância de haver investimentos a partir de políticas públicas voltadas para estratégias, a exemplo da pluriatividade⁵, com vista à melhoria da renda, a inclusão do jovem no trabalho e a fixação das famílias no campo.

⁵ Para uma definição deste fenômeno, Schneider (2003) coloca que a pluriatividade ocorre a partir da combinação do exercício (por parte de membros de uma mesma família) de uma ou mais atividades não-agrícolas ou atividade ligada ao setor agrícola, mas fora da propriedade, seja na forma de prestação de serviços ou assalariamento, sendo estas atividades exercidas por pelo menos um membro da família.

7. Análise integradora de indicadores e contexto

As percepções sobre a incidência das políticas públicas via Território da Cidadania a partir da análise dos componentes: Identidade Territorial, Capacidades Institucionais, Gestão do Colegiado e Avaliação dos Projetos possibilitou a compreensão sobre os avanços e os desafios que persistem no processo de desenvolvimento e efetivação da política territorial.

Ao considerar o ambiente territorial e seus aspectos de desenvolvimento, depara-se com situações como: falhas na implantação e gestão dos projetos e participação inexpressiva do poder público municipal no colegiado territorial, entre outras; que merecem uma avaliação minuciosa para assim, ser possível se compreender as implicações, as limitações e as possibilidades de resolução de conflitos, com vista à revisão das políticas implantadas no território.

Para tanto, o estabelecimento de uma análise da conjuntura territorial a partir da visão integradora dos componentes supracitados, irá referendar as reflexões sobre a composição do território; as condições de vida da população rural; o ambiente para o desenvolvimento das articulações institucionais, no intuito de contribuir com a dinamização econômica do território; do fortalecimento da governança no espaço colegiado e nos projetos referendados pelo território; assim como, pelo sentimento de identidade e pertencimento ao território, como um mecanismo coletivo que impulsiona e fortalece o tecido social, econômico, produtivo, ambiental e cultural da população envolvida.

No território foi possível perceber de forma explícita a fragilidade na constituição da identidade e de como, direto e indiretamente isto se reflete no andamento da concretização das ações via território. Essa fragilidade se traduz na fragmentação do território em espaços diferenciados a depender das atividades produtivas, ou seja, foi possível observar grupos que se reconhecem pescadores/apicultores, agricultores/pescadores, artesãos, entre outros, a construção da identidade dos grupos ocasiona dificuldades em fortalecer a interligação entre as cadeias produtivas e, conseqüentemente, o seu fortalecimento.

O debate territorial tem se pautado, em alguns momentos pela correlação de forças na definição de uma plataforma de interesses municipais para captação de políticas públicas, com vista ao desenvolvimento do seu município. Essa decisão

torna-se um agravante no processo de diálogo no território, pois ao entender as relações de parcerias como um dos mecanismos que deve ser estabelecido entre os municípios, tal posicionamento não fomentará o ambiente para o desenvolvimento territorial sustentável e integrador.

Compreender e internalizar as nuances que formam a identidade territorial e a partir destas, construir referências (produtivas, culturais, povo, ambientais, econômicas, etc.), corroborarão para o sentimento coletivo de pertencer ao território, a região. Esse exercício aponta a necessidade de universalizar as relações institucionais (associações, cooperativas, instituições de assessoria técnica, de pesquisa, etc.) que se encontram no território para fortalecer a identidade.

Ao mesmo tempo, quando o colegiado se propõe a trabalhar a identidade, o território consegue mobilizar os beneficiários, contribuindo no empoderamento destes para fortalecer a governança e a gestão social. Esse mecanismo deve ser intensificado constantemente, pois o exercício contínuo da governança colabora na formatação e gestão dos projetos territoriais que venham a ser elaborados e implantados, com o intuito de promover o desenvolvimento integrado das atividades no território.

Ademais, é salutar e urgente à conscientização dos protagonistas a cerca da construção da identidade territorial para a proposição de uma plataforma unificada de políticas públicas via território, que possam responder as demandas (produtivas, estruturais, comercialização, entre outras), respeitando os diferentes estágios de desenvolvimento que se encontra o território.

Todavia, no caminho entre a construção e implantação das diferentes estratégias, é imprescindível o comprometimento das instituições que executam de forma direta ou indireta, atividades e ações no território. Acredita-se que o fortalecimento da identidade irá contribuir para gestão do colegiado no território. Dessa forma, a população poderá ser consultada e decidir sobre a viabilidade de ações e de projetos que venham a ser de pensados, com o objetivo de fortalecerem o desenvolvimento sustentável territorial, uma vez que ao decidirem por ações e projetos que não beneficiam e nem são de interesse da população, ocorrerá um enfraquecimento na credibilidade da política territorial.

Cabe ressaltar que a política territorial não é estática, devendo obedecer à dinâmica socioeconômica, em vez de se pensar em investimento para atividades que não apresentam resultados satisfatórios para a dinamização do território, faz-se necessário a implementação de ações e de projetos que busquem fortalecer a pluriatividade. Ao consultar a população, sobre as suas necessidades será possível identificar as atividades que esta considera mais viáveis para o território, bem como fortalecer o exercício da governança. Assim, as políticas públicas irão traduzir as reais necessidades da população desse território, possibilitando a construção de mecanismos que contribuam para minimizar as desigualdades sociais.

Outro aspecto relevante diz respeito ao diálogo institucional, dado que as esperas municipais, estadual e federal de acordo com a pesquisa não atuam de forma expressiva no colegiado. Essa ausência ocasionam entraves burocráticos, que poderiam ser minimizados, bem como inviabilizam o diálogo institucional na tomada de decisão para efetivação dos projetos, uma vez que este é o tema mais tratado nas reuniões do colegiado, conforme a Figura 11.

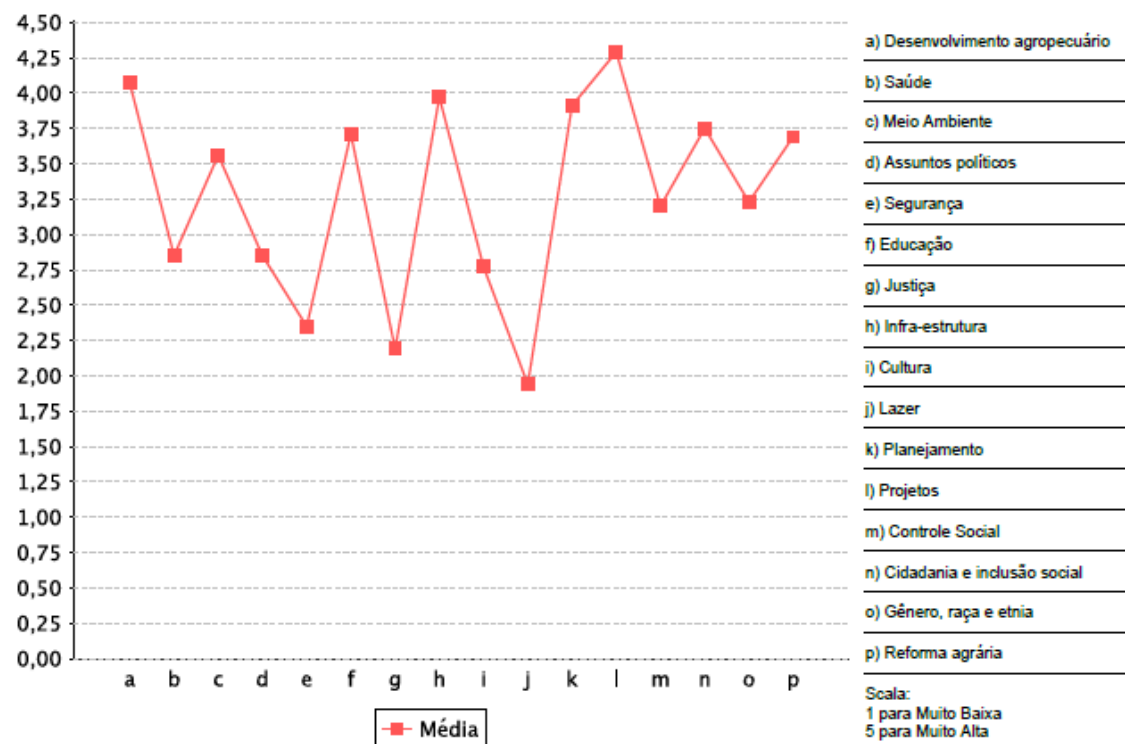


Figura 11. Temas tratados com frequência no colegiado.

Fonte: SGE/MDA. Pesquisa de Campo, 2011.



Ao ser analisada a Figura 11 é possível observar uma contradição, ou seja, temas como planejamento, infraestrutura, projetos, educação e saúde aparecem como mais tratados nas reuniões. No entanto dos quatorze projetos existentes no território Açú/Mossoró nenhum encontra-se em atividade, apresentado entraves burocráticos, cabe também mencionar que o planejamento não é entendido como ferramenta primordial para o sucesso das atividades pensadas para o território. Além disso, questões relativas à infraestrutura, a educação e a saúde nos municípios do Açú/Mossoró, como já discutido anteriormente, apresentam o quadro que necessitam de maiores investimentos, o que reafirma a necessidade de reforçar o dialogo institucional.

8. Propostas e ações para o território

Com base nos dados da pesquisa é possível se realizar recomendações no que tange a realização de novas pesquisas que contribuam para minimizar as lacunas ora observadas a saber:

- Aprofundar a compreensão sobre a definição de Ambiente Institucional e intensificar o debate e discussão em torno da relação arranjos institucionais *versus* sociedade civil, visando melhorar a governança no processo de articulação institucional do território.
- Identificar os desafios e elaborar estratégias para superar as dificuldades encontradas no processo de integração entre as várias cadeias produtivas do território.
- Aprofundar o conhecimento de como as políticas públicas desenvolvidas através do território contribui para permanência da população no meio rural, via inclusão socioeconômica.
- Utilizar os dados da célula (SGE/SDT-FACEM/UERN) para qualificar o PTDRS e os Planos de cadeias produtivas.
- Construir coletivamente entre os parceiros que atuam no território, um mapa de possibilidades onde sejam vislumbradas todas as ações (municipais, estaduais, federais e também das ONGs) de forma a convergir as atividades para fortalecer e impulsionar o desenvolvimento territorial sustentável.



- Buscar envolver os parlamentares estaduais e federais nas reuniões do colegiado para que suas ações possam vir a fortalecer a política territorial.
- Utilizar como referência na elaboração dos projetos os planos de cadeias produtivas.
- Elaborar projetos territoriais que contribuam para o desenvolvimento da educação no campo.
- Construir através do debate territorial, mecanismos que fortaleçam a Política Nacional de Alimentação Escolar – PNAE.

ANEXO: Validação de instrumentos e procedimentos

Nas próximas pesquisas a serem realizadas, deve-se observar os seguintes pontos:

ICV

- Adequar o vocabulário utilizado. Por vezes, torna-se difícil a compreensão das pessoas.
- Devem ser elaboradas perguntas que contemplem outros aspectos ambientais como: destino dos resíduos e efluentes domésticos e produtivos dos domicílios, se tem reserva nativa legal, área de preservação permanente, ações relativas a coleta seletiva, áreas degradadas, projetos que desenvolvem atividades de educação ambiental.
- No que se refere a educação dos entrevistados, especificar por membros da família e/ou idade e também, o grau de escolaridade (1º, 2º e 3º) se é completo ou incompleto.
- Dada a importância dos temas para compor a amostra do ICV, algumas perguntas da 1ª e 2ª instância do questionário deveriam ser aplicadas também aos domicílios sem produção agrícola, tais como: PRIMEIRA

INSTÂNCIA - 1.1, 1.2, 3, 3.a ao 3.c, 4, 4.a ao 4.g, 6 e 6.a. SEGUNDA
INTÂNCIA - 9, 13, 13.a ao 13.l, 14 e 16.

- No quadro com as opções sobre a renda ou os ganhos em dinheiro das famílias deveria desmembrar a opção 13.a, especificando cada atividade. Pois alguns entrevistados têm atividades agrícolas e são pescadores, ou pecuaristas ou extrativista.
- Na terceira instância o item 18 poderia ser acrescentado: As condições de acesso a saúde de sua família estão...
- Na pesquisa sobre o ICV, incluir mais municípios do Vale do Açu. Na pesquisa realizada, dos seis municípios, teve somente Açu. Os demais eram do núcleo oeste.
- Consultar o colegiado sobre a metodologia das pesquisas futuras e os critérios de escolha dos municípios para próxima amostra do ICV.
- Realizar uma pesquisa junto aos empreendimentos produtivos que tem no território onde possam ser coletadas: fontes de financiamento, canais de comercialização acessados, nível tecnológico, logística de produção, se atende aos critérios da legislação, infraestrutura disponível, principais entraves.

REFERÊNCIAS

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/default.shtm>. Acesso em 10 de ago., 2011.

Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável Açu/Mossoró- PTDRS. Março, 2010.

REBOUÇAS FILHO, Hermano José. Saneamento básico em áreas rurais dos territórios do Sertão do Apodi e do Assú-Mossoró, Rio Grande do Norte. **Monografia**



Governo do Estado do Rio Grande do Norte
UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO
NORTE
Faculdade de Ciências Econômicas
Departamento de Economia



(Ciência e Tecnologia), 34f. Universidade Federal Rural do Semiárido, Mossoró,
2011.